

## Loteamentos populares e Autoconstrução em Florianópolis/SC: um estudo na Barra do Sambaqui

Arqt<sup>a</sup> Mestranda Adriana Sales Cordeiro <sup>1</sup>  
Prof. Dr Wilson J. da C. Silveira <sup>2</sup>

<sup>1</sup> UFSC – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo  
880900 Florianópolis/ SC  
adrianac@arq.ufsc.br

<sup>2</sup> UFSC – Departamento de Arquitetura e Urbanismo  
880900 Florianópolis/ SC  
Wilson@arq.ufsc.br

**Resumo:** O presente artigo versa sobre um estudo de caso de um loteamento popular irregular, situado no bairro Barra do Sambaqui, em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina. Este trabalho apresenta o diagnóstico físico-territorial da rua Izabel João Jacinto, e é parte integrante de um estudo de avaliação pós-ocupação (APO), cujo foco de análise é a relação entre as formas de concepção, distribuição, dimensionamento e funcionalidade dos cômodos em domicílios populares autoconstruídos.

**Palavras-chave:** Loteamento popular, autoconstrução, Avaliação Pós-Ocupação.

### • Introdução

A habitação, enquanto objeto edificado, surgiu para abrigar o homem das manifestações climáticas (sol, chuva, ventos, nevascas, etc.) e dos eventuais ataques de animais. Mais tarde passou a ser local de permanência e teve que ser adaptada para dar condições de renovação da força de trabalho do homem, através do repouso físico e mental diário. Neste momento, a casa também passou a refletir as tradições culturais, hábitos e práticas de seus usuários, traduzidas pelo cotidiano doméstico vivenciado em seu interior, deixando de ser apenas um universo prático para atuar também como universo simbólico.

Segundo LEMOS (1989:09), *“Tais atuações domésticas, que costumamos dizer ligadas aos hábitos e práticas de uma sociedade, devem se desenvolver em circunstâncias ideais e a qualidade do desempenho evidentemente está condicionada às condições oferecidas pela construção”*.

A realidade da habitação popular brasileira não atende satisfatoriamente às funções básicas mencionadas anteriormente. Sabe-se que a maioria dos moradores de favelas, cortiços, vilas e demais assentamentos subnormais habitam precariamente em casebres cujas dimensões comprometem a vida familiar. A falta de trabalho ou a renda insuficiente para sustentar a família, aliados a uma jornada de trabalho exaustiva, sem o conforto habitacional adequado que possibilite ao trabalhador descansar o corpo, afetam a todos os usuários da residência, provocando atritos e discussões familiares.

De acordo com a filosofia marxista, morar é uma necessidade básica do ser humano e condição indispensável à (re) produção de sua força de trabalho. Habitar em condições precárias implica na redução do desempenho do trabalhador, pois é no interior da habitação onde o homem repõe suas energias, através do repouso, das refeições e de sua higiene pessoal (CAVALCANTI, 1980). Morar mal também implica no aparecimento de problemas de cunho sócio-econômico, tal como o aumento da violência urbana, visto que o crescimento excludente das cidades brasileiras priva parcela significativa de sua população de ter acesso aos serviços de infra-estrutura urbana básicos<sup>1</sup> (de boa qualidade) que lhe garantam viver com o mínimo de dignidade.

O quadro apresentado acima caracteriza os chamados bolsões de pobreza urbanos, cada vez mais

---

<sup>1</sup> A Lei federal nº 6.766/ 1979, considera como infra-estrutura básica os equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, redes de esgoto sanitário e abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e as vias de circulação pavimentadas ou não.

presentes nas cidades brasileiras. Nas palavras de Maricato (2000), “*nossas cidades crescem produzindo em seu interior verdadeiras bombas sociológicas, depósito de multidões abandonadas, sem quaisquer direitos legais*”.

A falta de moradia é um dos principais e talvez um dos mais graves problemas urbanos enfrentados na atualidade pelas cidades brasileiras. Em cem anos (1900 – 2000) a população urbana do Brasil aumentou assustadoramente e com ela as desigualdades sócio-econômicas. De acordo com o recenseamento de 2000, realizado pela Fundação IBGE, o Brasil possui 170 milhões de habitantes, dos quais 137.755.550 moram em áreas urbanas (OLIVEIRA, 2001).

O déficit habitacional também guarda relação com a precariedade física da habitação. De acordo com um estudo realizado pela Fundação João Pinheiro, cerca de 12 milhões de brasileiros vivem em habitações impróprias<sup>2</sup>, sejam elas barracos improvisados em plástico, unidades habitacionais superlotadas ou edificações antigas mal conservadas (FJP, 2001).

Impossibilitadas de acessar o mercado imobiliário formal, famílias inteiras de trabalhadores sem qualificação e mal remunerados são obrigados a ocuparem áreas inadequadas e de risco, tais como terrenos alagáveis e encostas dos morros, como única alternativa de inserção nas cidades.

Desse modo, torna-se patente o aumento do número de domicílios irregulares caracterizados pela concentração de população de baixa renda, carência de infra-estrutura básica para o seu desenvolvimento, e por condições precárias de habitabilidade e salubridade. Esses domicílios se apresentam traduzidos em favelas, cortiços e vilas, cuja existência já não pode mais ser ignorada pela esfera do poder público e pela sociedade civil como um todo.

Essa situação é reflexo do alto índice de exclusão sócio-territorial que impera nas cidades de médio e grande porte, caracterizado pelo adensamento populacional decorrente dos movimentos migratórios, oriundos não só do campo como também de pequenas e médias cidades do interior em direção às capitais.

O contexto aqui apresentado, comum a muitas cidades do Brasil, tem influenciado a produção de inúmeras pesquisas relacionadas ao estudo da questão habitacional nos mais diversos âmbitos, dentre eles as políticas e programas voltados para a habitação de interesse social e a prática da autoconstrução desenvolvida pelas populações de baixa renda (CRUZ & ORNSTEIN, 1995). No entanto, um aspecto que ainda é pouco privilegiado no âmbito acadêmico é o estudo dos aspectos funcionais da habitação popular, sobretudo os que se referem à área útil disponível para cada morador, às áreas de circulação e ao desenvolvimento das atividades domésticas – lazer, repouso, e serviços – sem sobreposições (LEMOS, 1989).

### **Motivação para realização do estudo**

O presente trabalho de investigação científica teve início em detrimento do seguinte questionamento:

**“Por que avaliar a concepção de moradias de baixa renda autoconstruídas, em termos de dimensionamento e zoneamento dos espaços internos?”.**

A autoconstrução é a principal forma de suprimento do déficit habitacional pela população de baixa renda, visto que através dela o morador economiza o pagamento de mão-de-obra e constrói sua habitação de acordo com as necessidades espaciais (e sobretudo financeiras), de sua família.

Apesar da morosidade do processo, visto que não há capital financeiro suficiente para custear toda a obra de uma só vez, e do desgaste físico de toda a família autoconstrutora, o morador se apropria da habitação com mais facilidade, devido ao fato de que ele mesmo foi o responsável pela construção.

Essa relação de apropriação espacial implica diretamente no grau de satisfação do usuário para com a sua moradia, de forma que os espaços autoconstruídos muitas vezes se adequam melhor às necessidades culturais e dimensionais da família do que as habitações promovidas pelo poder público.

Os aspectos de dimensionamento dos espaços habitacionais têm importância fundamental para o uso e funcionamento adequados dos cômodos, visto que situações extremas de excesso de área ou subdimensionamento podem representar perdas do ponto de vista funcional, ergonômico e financeiro para seus usuários (REIS & LAY, 2002). Desta forma, os estudos do arranjo espacial da habitação popular autoconstruída e da vivência no seu interior passam a ser tão importantes quanto os demais anteriormente citados, visto que a qualidade física da habitação influi diretamente na qualidade de vida de seus ocupantes.

<sup>2</sup> O termo Impróprio, utilizado pela FJP, neste caso tem sentido de inadequado (FERREIRA, 1993).

No Brasil, particularmente a partir da década de 1980, têm sido desenvolvidos diversos estudos acerca do grau de satisfação de usuários com relação aos mais diferentes tipos de edificações colocadas em uso no espaço urbano. Esses estudos buscam o desenvolvimento de avaliações sistemáticas do desempenho desses edifícios, a fim de possibilitar a melhoria das relações humanas em seu interior (ORNSTEIN, 1992).

Nesse sentido, o método de pesquisa denominado Avaliação Pós-Ocupação (APO) promove o conhecimento de problemas de caráter projetual e construtivo. Além disso, contempla questões pertinentes ao uso, operação e manutenção dos edifícios, considerando essencial o ponto de vista dos usuários. Acredita-se que os espaços habitáveis autoconstruídos sejam mais satisfatórios do que os empreendimentos de interesse social, no tocante ao atendimento das necessidades dimensionais para funcionamento adequado da habitação, bem como do conforto ergonômico de seus usuários.

Assim, faz-se necessária a realização de estudos que possibilitem a concepção de layouts mais satisfatórios, em termos de dimensionamento dos ambientes, e que permitam um grau maior de flexibilidade da habitação de interesse social. Acredita-se que desta forma seja possível o provimento habitacional de boa qualidade para parcelas de população de baixa renda, desmistificando a premissa de que edificações arquitetonicamente bem planejadas são privilégio de classes sociais detentoras de médio e alto poder aquisitivo.

### • Loteamentos populares e autoconstrução enquanto solução para o déficit habitacional

Durante a década de 1980 as metrópoles brasileiras viveram um processo de “periferização” muito intenso, caracterizado pela evasão populacional dos núcleos metropolitanos para os municípios vizinhos, ampliando o raio de abrangência das zonas distantes do centro urbano.

Em parte essas modificações ocorreram por causa da transitoriedade das camadas populacionais por diferentes faixas de renda. A representatividade dessas oscilações dá-se através do aumento da população situada abaixo da linha de pobreza (até meio salário mínimo *per capita*) e pela diminuição relativa do poder aquisitivo da classe média (acima de dois salários mínimos *per capita*). Significa dizer que o aumento do custo de vida reduziu o poder de compra da população: quem era pobre ficou mais pobre e a classe média viu seu padrão de vida diminuir consideravelmente.

Essa configuração sócio-econômica fez com que o número de novas construções nas grandes e médias cidades caísse consideravelmente, pois o financiamento antes conseguido através do BNH, passou a depender de recursos próprios dos moradores. Assim as classes de média e baixa renda viram-se obrigadas a buscar novas alternativas de moradia longe das áreas centrais das cidades (RODRIGUES, 1989).

Com o crescente empobrecimento da sociedade brasileira, as camadas menos favorecidas da população dos grandes centros urbanos passaram a ter como principal forma de acesso a terra, e conseqüentemente à casa própria, a aquisição de glebas em loteamentos<sup>3</sup> situados nas periferias das cidades. Esses loteamentos são caracterizados pelo baixo investimento em infra-estrutura e pagamento do valor do lote em longo prazo (prestações), aliados à produção da moradia no regime de autoconstrução.

A autoconstrução se caracteriza pela construção da habitação pelo próprio morador e sua família, durante as folgas de sua jornada de trabalho (comumente nos fins de semana). É a forma de provimento habitacional mais utilizada pela população de baixa renda nas cidades brasileiras e apresenta uma série de problemas, visto que as edificações são construídas sem nenhum acompanhamento técnico.

Dependendo do sítio de implantação, a construção improvisada (fundação, estrutura, cobertura, instalações elétricas e hidro-sanitárias) submete seus ocupantes a situações de risco extremas, como incêndios e desabamentos. No entanto, o processo de autoconstrução apresenta algumas vantagens que, aliadas ao acompanhamento técnico, podem melhorar muito a qualidade desses espaços, em virtude principalmente:

- Da possibilidade do usuário atingir com mais facilidade suas exigências funcionais e econômicas;
- Por ter participação no processo de produção da edificação, o usuário tem maior consciência do espaço construído e, portanto apropria-se deste com mais facilidade.

Posteriormente, a comercialização desses lotes “populares” deu margem às ocupações e comercializações fundiárias ilegais, pois a população de baixa renda já não podia pagar pelos terrenos.

<sup>3</sup> Nesse caso, entende-se o loteamento apenas como a divisão de um terreno em áreas delimitadas (lotes) para construções, e não como um empreendimento imobiliário registrado, de propriedade da gleba loteada comprovada.

Nesse âmbito surgem duas condições distintas de legalidade dos loteamentos situados nas periferias: **os loteamentos clandestinos e os loteamentos irregulares.**

Os loteamentos clandestinos são definidos pela falta de titulação da propriedade da terra por parte do “loteador” e agente imobiliário, responsável pela divisão e comercialização da gleba. São totalmente desprovidos de infra-estrutura e geralmente são de difícil acesso, o que os torna mais baratos. Como não existe titulação comprovada da terra, os compradores do lote não são seus proprietários legais, mesmo tendo pago por eles. Já os loteamentos irregulares são caracterizados pelo não cumprimento das normas urbanísticas em vigor, regulamentadas pela Lei nº 6.766/ 1979, relacionadas aos serviços de infra-estrutura que devem ser implementados no loteamento – abastecimento d’água, energia elétrica, drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário, pavimentação das vias e execução das guias de meio-fio, dentre outros.

A burla às exigências legais, no caso dos loteamentos irregulares, se justifica pelo encarecimento do preço final do lote, decorrente da implementação de todos os serviços requeridos. Isto acaba por tornar o empreendimento inviável, já que o consumidor-alvo não possui um poder de compra que lhe permita ter acesso ao produto (o lote) oferecido em tais condições.

O que diferencia o mecanismo de acesso a terra através de loteamentos populares dos demais processos de ocupação (invasões “organizadas” e favelas, por exemplo) é a compra de uma propriedade (o que não significa que o comprador obtenha a posse do terreno, por se tratar de uma negociação sem legitimidade jurídica) e a atuação de um agente imobiliário. Essa condição oferece, de certo modo, respaldo aos proprietários desses lotes para brigar pela legalização de sua propriedade fundiária, apoiados no direito aos serviços públicos garantidos pela legislação a todos os cidadãos proprietários de imóveis.

### • Avaliação Pós-Ocupação como método de investigação

A qualidade do ambiente construído pode ser definida como um conjunto de características inerentes à construção que satisfazem as mais diversas necessidades de seus usuários, estando desta forma diretamente associada ao grau de desempenho do edifício (ROMÉRO & ORNSTEIN, 2003).

O desempenho de uma edificação pode ser aferido através de dois tipos de avaliações distintas (ORNSTEIN, 1992): a avaliação técnica (calcada em experimentos laboratoriais ou não, com ou sem o controle das condições ambientais) e a avaliação comportamental (baseada nas opiniões e observações do modo de vida dos usuários), cujo principal instrumento de investigação é a Avaliação Pós-Ocupação (APO).

Esse método de pesquisa surgiu em função da necessidade de adequação das construções não só às exigências técnicas de produção e uso do edifício, mas principalmente às expectativas comportamentais de seus usuários. Nesse sentido, a realização de estudos com base na APO visa identificar as necessidades e os níveis de satisfação dos usuários, em relação ao espaço construído.

Cruz (1998) afirma que a avaliação gera informações acerca da detecção de aspectos positivos e negativos da edificação em uso. Dessa forma, as avaliações pós-uso servem como instrumento de controle de qualidade do processo produtivo, o qual engloba as etapas de projeto, construção, fabricação de materiais e componentes, uso, manutenção e operação dos edifícios (Ilustração 01).

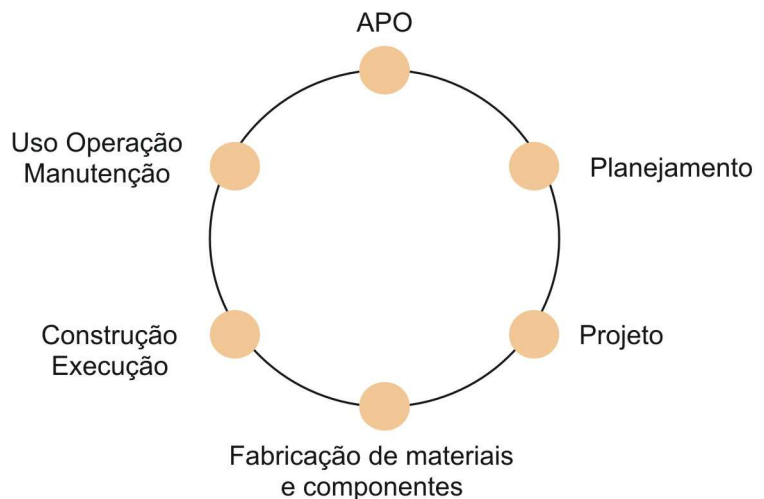
Os diagnósticos produzidos visam realimentar não só o estudo de caso realizado, mas principalmente futuros projetos semelhantes, a fim de disseminar as soluções positivas e minimizar a ocorrência de erros repetitivos. A atuação mais efetiva deve ocorrer na etapa de projeto, ou seja, naquela de menor custo dentro do ciclo de produção e uso dos ambientes (CRUZ, 1998; ROMÉRO & ORNSTEIN, 2003).

No Brasil, a realização de avaliações do ambiente construído ainda é muito recente, mas no campo internacional os métodos e técnicas de pesquisa vinculadas a APO vêm sendo adotados por psicólogos ambientais europeus e norte-americanos desde a década de 1960, com o objetivo de identificar o grau de influência do desempenho do espaço construído sobre o comportamento humano.

As primeiras avaliações no Brasil foram realizadas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo (IPT), no início da década de 1970. A partir de 1987 diversos grupos de pesquisa em outras cidades do país (Porto Alegre, Recife, Natal, Rio de Janeiro, Brasília) passaram a desenvolver pesquisas nessa área. Os estudos realizados no Brasil versam sobre o grau de satisfação de usuários com relação aos mais diferentes tipos de edificações colocadas em uso no espaço urbano, na tentativa de desenvolver avaliações sistemáticas de desempenho desses edifícios que possibilitem a melhoria das relações

humanas em seu interior (ORNSTEIN, 1992).

Quando se trata de estudos relacionados à habitação, e particularmente a habitação social produzida em série, a aplicabilidade da APO torna-se ainda mais relevante para a redução dos impactos negativos provocados pela padronização em massa. O prévio conhecimento das variáveis culturais, hábitos, crenças e modo de vida dos diversos grupos de usuários possibilita ao projetista atender uma gama de exigências mais ampla, proporcionando o uso do edifício de uma maneira mais segura e confortável para o indivíduo.



**Figura 1** : Esquema da APO.

Fonte: ROMÉRO & ORNSTEIN, 2003, p.26.

#### • Estudo De Caso: Rua Isabel João Jacinto

A definição do loteamento irregular denominado de Rua Isabel João Jacinto, situado no bairro Barra do Sambaqui, como área de estudo foi direcionada pelo seu enquadramento nos seguintes critérios estabelecidos pela autora deste trabalho:

- Área inserida no tecido urbano da cidade com no mínimo dez anos de ocupação;
- Predominância de habitações autoconstruídas;
- Facilidade de acesso à comunidade residente no local.

A Barra do Sambaqui é apontada pela Prefeitura Municipal de Florianópolis como uma área de interesse para regularização urbana e fundiária. De acordo com o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis – IPUF – a prefeitura pretende implementar o programa Habitar Brasil BID no bairro em conjunto com o Plano Diretor de Santo Antônio de Lisboa.

#### o Descrição físico-territorial da área de estudo

A Barra do Sambaqui possui uma área total de 6,25 quilômetros quadrados e é parte integrante do Distrito de Santo Antônio de Lisboa. Situa-se na faixa litorânea noroeste da porção insular de Florianópolis e sua principal via de acesso é a Rua Isid Dutra (Ilustração 02). Seus limites são:

- Norte – Rio Veríssimo (Manguezal de Ratores/ Estação Ecológica de Carijós);
- Sul e Oeste – Sambaqui;
- Leste – Santo Antônio de Lisboa;
- Noroeste – Ponta do Sambaqui e Ponta da Daniela.



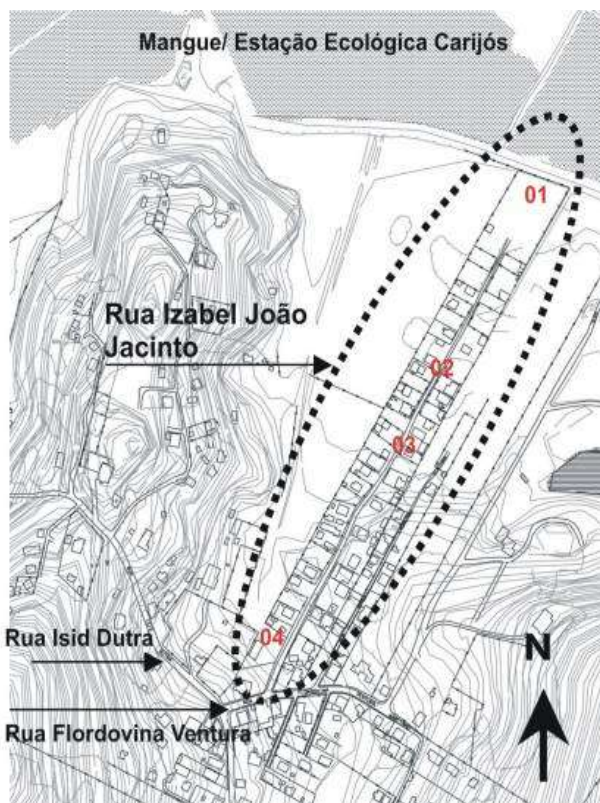
**Figura 2** : Localização do Bairro no contexto da Cidade de Florianópolis.

Fonte: Arquivo GHab/ARQ/UFSC, 2003.

O bairro apresenta características ambientais peculiares, as quais demandam uma política de gestão e preservação ambiental consistente. A região abriga áreas remanescentes da Mata Atlântica, além de uma extensão considerável do Manguezal de Ratores, integrante da Estação Ecológica dos Carijós.

O relevo é marcado pela presença de morros, intercalado por áreas planas úmidas, especialmente na porção norte, no limite com o manguezal. As áreas planas mais baixas e aquelas de menor declividade vêm sendo ocupadas indiscriminadamente, o que acarreta sérios problemas de desmatamento e alagamentos.

A Rua Izabel João Jacinto está localizada na região próxima à Estação Ecológica de Carijós. O acesso ao loteamento, composto por 77 lotes de aproximadamente 15 metros de frente por 25 metros de fundo, é feito pela Rua Isid Dutra e pela Rua Flordovina Ventura (Ilustração 03). Consiste numa única via sem pavimentação, de uso predominantemente residencial (Fotos 01, 02, 03 e 04). Em virtude da proximidade com o mangue e a ausência de drenagem pluvial, o loteamento sofre com os alagamentos durante as chuvas, ficando praticamente intransitável.



**Figura 3:** Acessos da área de estudo no contexto da Barra do Sambaqui. Fonte: IPUF (Base Fev/2000).



*Foto 1: Visão da rua Izabel J. Jacinto no sentido manguezal/rua Flordovina Ventura*



*Foto 2: Tipologias habitacionais da área de estudo.*



*Foto 3 Campo de futebol: limite entre a área de estudo e o manguezal de Ratoles.*



*Foto 4: Visão da rua Izabel J. Jacinto no sentido rua F. Ventura/ manguezal.*

A gleba possui uma área total de 40.200 metros quadrados, com as seguintes medidas e confrontações<sup>4</sup>: frente para a rua Isid Dutra, medindo 75 metros; fundos para o manguezal de Ratoles, medindo 59

<sup>4</sup> Descrição constante da Escritura Pública de Cessão de Direitos Hereditários do terreno, lavrada em cartório no dia 28/10/1993, no município de Florianópolis.

metros; laterais medindo 600 metros de comprimento cada. A ocupação da área teve início em 1994, quando o parcelamento do terreno foi realizado pelo então proprietário Sr. Ivaldo Medeiros.

### **Perfil sócio-econômico do bairro**

A Barra do Sambaqui é composta por 781 domicílios e apresenta uma taxa de ocupação de 92% (Fundação IBGE, Censo 2000). Possui um grande potencial turístico, em virtude de seus recursos naturais, porém, as atividades comerciais, a prestação de serviços e a qualidade dos serviços urbanos (transporte público, por exemplo) são ainda bastante incipientes, o que de certa forma dificulta o desenvolvimento econômico da região.

De acordo com os levantamentos realizados pelo IPUF em 2000, cerca de 60% das famílias residentes no distrito de Santo Antônio de Lisboa têm renda mensal de até 4 salários mínimos; 20% têm renda mensal entre 4 e 10 salários mínimos e 20% possuem rendimentos mensais acima de 10 salários mínimos. As famílias de menor poder aquisitivo se concentram principalmente nos bairros de Sambaqui e Barra do Sambaqui.

Na rua Izabel João Jacinto a renda mensal média é de 4 salários mínimos. Grande parte dos moradores trabalha como prestadores de serviços em outros bairros da cidade (faxineiro, pedreiro, cozinheira, jardineiro, agentes de saúde). Durante as entrevistas realizadas até o momento, não foi identificado nenhum morador que dependa de atividade pesqueira. Não existe nenhum tipo de estabelecimento que comercialize artigos de primeira necessidade na área, como mini-mercados ou padarias. O uso do solo predominante é o residencial, e alguns moradores oferecem pequenos serviços em suas residências, como costura e consertos de roupas em geral.

Com relação à origem dos moradores da área de estudo, levantamentos preliminares indicaram que boa parte deles é proveniente de cidades do interior dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e já moravam na região de Santo Antônio de Lisboa antes de adquirir os lotes.

Apesar de não possuírem de fato a propriedade fundiária, os moradores possuem recibos de compra e venda dos lotes, o que de certa forma lhes assegura o direito de usufruir e transferir a posse do terreno a qualquer momento. A maioria dos moradores autoconstrutores que ainda residem na área pagou o valor do terreno à vista, levando em média dois anos para dar início à construção da moradia.

#### **o Infra-estrutura**

O abastecimento de água potável da região, de responsabilidade da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, não atende satisfatoriamente à demanda domiciliar. Segundo o IPUF, muitas residências buscam solução para esse problema através de sistemas de captação de água subterrânea. O IPUF relata ainda que existem suspeitas de contaminação da água que abastece alguns logradouros da Barra do Sambaqui, sendo necessário o monitoramento da qualidade da água do bairro. Em algumas regiões do bairro muitas pessoas usam a água proveniente de cachoeiras ou poços.

De acordo com a CASAN, não existe rede de tratamento dos esgotos domiciliares, os quais estão ligados a córregos e à rede de drenagem pluvial. A utilização de sistemas individuais como valas e fossas negras contribuem para a poluição do lençol freático, bastante alto nessa região. Grande parte dos moradores da rua Izabel J. Jacinto afirma ter fossa séptica. Porém, a situação observada em alguns locais do loteamento demonstra que a maioria das fossas não tem sumidouro e que não há manutenção periódica, uma vez que é possível verificar nos terrenos o afloramento de líquidos provenientes da fossa saturada.

Nos últimos 100 metros da rua existe uma tubulação coletora que leva o esgoto diretamente a um canal que deságua no Rio Veríssimo. Essa prática vem contribuindo substancialmente para a degradação do mangue e conseqüente diminuição na quantidade de peixes. Um outro fator que contribui para a degradação ambiental da região próxima à rua Izabel J. Jacinto é a extração de areia dos rios, sem fiscalização ou qualquer tipo de controle por parte das autoridades e órgão ambientais competentes. O acúmulo de lixo em locais inadequados, tais como margens de rios, manguezais e barrancos também reflete o descaso para com a conservação dos recursos naturais da região.

O transporte coletivo é bastante criticado, em virtude dos poucos horários oferecidos e pela má conservação dos ônibus. A segurança pública é uma questão preocupante para os moradores da Barra do Sambaqui. Levantamentos realizados pelo IPUF em 2000 apontaram a necessidade de Implantação de um posto policial e de uma política de combate à venda e consumo de drogas na região. Uma importante reivindicação dos moradores é a melhoria do sistema de iluminação pública, como forma de auxiliar a vigilância no bairro.

A ausência de pavimentação é uma dos maiores problemas enfrentados pelos moradores do bairro, e em especial da rua Izabel J. Jacinto. Em períodos chuvosos a rua fica praticamente intransitável e o escoamento do solo origina inúmeros buracos. Embora lutem pelo calçamento das vias internas do bairro, dispondo-se até mesmo a realizarem mutirões para pavimentar as ruas, alguns moradores temem que a melhoria da infra-estrutura viária contribua para o adensamento da região através de ocupações ilegais, aumentando assim a degradação ambiental do bairro.

### • Considerações Finais

O estudo da habitação popular autoconstruída está vinculado a um universo de temáticas diferenciadas que não podem ser tratadas independentes umas das outras. A qualidade e funcionamento da habitação estão diretamente ligadas às formas de acesso a terra, à infra-estrutura e serviços urbanos e à produção da moradia.

O diagnóstico apresentado mostra que a Barra do Sambaqui sofre com os problemas ambientais, decorrentes principalmente da carência ou ineficiência de serviços urbanos básicos como recolhimento do lixo, limpeza urbana, esgotamento sanitário e abastecimento d'água. Nas regiões que margeiam o manguezal de Rationes e a Estação Ecológica de Carijós proliferam os assentamentos subnormais cujas condições físicas são as mais degradantes possíveis.

Esses impactos ambientais, decorrentes das condições precárias e ineficientes de saneamento ambiental e infra-estrutura, promovem gradativamente a desvalorização sócio-econômica do bairro, prejudicando não só o potencial turístico da região, mas principalmente a qualidade de vida de seus moradores. Desta forma a Barra do Sambaqui passará a apresentar um quadro de estagnação sócio-econômica, no sentido de que se não ocorrerem mudanças significativas nas formas de uso e ocupação de seu espaço urbano, esse bairro continuará sendo caracterizado como área periférica tipicamente residencial, ambientalmente degradada e ocupada por população de baixa renda.

### • Referências

CAVALCANTI, Verônica Robalinho. **Loteamentos proletários e autoconstrução**: Um estudo de caso no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado submetida a COPPE/ PUR. Rio de Janeiro: UFRJ, 1980.

CRUZ, Antero de O; ORNSTEIN, Sheila W. O Projeto arquitetônico da habitação popular: Insumos para a análise do desempenho funcional com base na avaliação pós-ocupação da autoconstrução. In: **Anais do VI Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído – ENTAC**. Rio de Janeiro: 1995. p. 275 – 280.

CRUZ, Antero de O. **Avaliação Pós-Ocupação (APO) dos espaços gerados em habitações autoconstruídas**: o caso da favela Nossa Senhora Aparecida em São Miguel Paulista, São Paulo. São Paulo: FAUUSP, 1998. 253 p (Dissertação – Mestrado).

FERREIRA, Aurélio B. de H. **Minidicionário da língua portuguesa**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FJP – Fundação João Pinheiro. **Déficit Habitacional no Brasil 2000**. Belo Horizonte: 2001. Disponível em: <http://www.cidades.gov.br/pbqp-h/deficit2000.htm>. Acesso em: 30 novembro 2003.

LEMOS, Carlos A. C. **História da Casa brasileira**. São Paulo: Contexto, 1989. – (Repensando a História).

MARICATO, Ermínia. **Centros urbanos no Brasil são “bombas sociológicas”**. Artigo publicado no jornal Gazeta de Alagoas, Caderno Imobiliário, 09/ 03/ 2000.

OLIVEIRA, Isabel C. E. **Estatuto da Cidade, para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/ DUMA, 2001. 64p.

ORNSTEIN, Sheila W. **Avaliação Pós-Ocupação do ambiente construído**. São Paulo: Studio Nobel, EDUSP, 1992.

REIS, Antônio Tarcísio da L; LAY, Maria Cristina D. Tipos arquitetônicos e dimensões dos espaços da habitação social. **Ambiente Construído**. Porto Alegre: ANTAC, 2002. v.2, n.3, p. 7-24. Disponível em: <http://www.antac.org.br/ambienteconstruido/pdf/artigos/doc1926.pdf>. Acesso em: 06 maio 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 1989.

ROMÉRO, Marcelo de A; ORNSTEIN, Sheila W. **Avaliação Pós-Ocupação: métodos e técnicas aplicados à habitação social**. Porto Alegre: ANTAC, 2003. – (Coleção Habitaré).